Virada na História

Novas visões históricas, sem dogmatismos, começam a retraçar cinco séculos de aventura brasileira

PAULO LEITE

ED VIGGIANI

Escravos: cotidiano pesquisado por Sílvia e Maria Odila

Nunca se pesquisou tanto a História do Brasil – e em tão variadas direções – como atualmente. Um novo perfil dos quase cinco séculos de vida do país começa a delinear-se, com base numa documentação farta e original que salta dos inúmeros arquivos espalhados por vários Estados, até agora praticamente virgens diante da curiosidade dos historiadores.

É um panorama que muda bruscamente. Na década de 60, o marxismo imperava como método de estudos – a luta de classes era o motor da História e o país caminharia inexoravelmente para o socialismo e o comunismo, depois de cruzar a etapa capitalista e deixar para trás o feudalismo colonial, segundo a crença ortodoxa da época. Nos anos 70, pontificaram sobretudo os brasilianistas – pesquisadores estrangeiros, como Thomas Skidmore, Alfred Stepan ou John Foster Dulles Jr., que conseguiram ter acesso a importantes coleções de documentos e publicar livros sobre temas-tabu, numa época de fechamento político e cultural. Agora, nestes anos 80, emerge uma geração de jovens historiadores ainda em formação nos cursos de pós-gradução de História, de braços dados com veteranos pesquisadores que arriscaram rever seus conceitos de historiografia.

"Estamos vivendo um *boom* na pesquisa histórica brasileira", sentencia o autor de *Ideologia da Cultura Brasileira*, Carlos Guilherme Mota, 44 anos, chefe do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). De fato, se em 1971 o país dispunha de apenas dois cursos de pós-gradução em História (na USP e na Universidade Federal Fluminense, implantados naquele ano, com 178 alunos matriculados), em 1985 há catorze mestrados e cinco doutorados em oito Estados, com um contingente de mais de mil alunos matriculados, além de algumas centenas que ainda não concluíram suas teses. Da atividade desta geração brotam anualmente algumas dezenas de dissertações ou teses acadêmicas (*leia quadro na página 48*).

Não é apenas numérica a explosão. "O marxismo simplesmente aguou", bombardeia Carlos Guilherme. "Está em curso uma estimulante dessacralização na nossa historiografia." "Estão saindo de foco a história política e econômica, um domínio que os cientistas sociais vêm privilegiando até hoje", reforça o professor Ítalo Tronca, 49 anos, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A coordenadora do curso de pós-graduação dessa universidade, Maria Stella Bresciani, 43 anos, busca raízes mais distantes no tempo. "Somos uma geração muito marcada pelo fracasso e o desencanto que se sucederam aos acontecimentos de 1968", lamenta-se ela. "Nos últimos anos, procuramos abrir ao máximo e evitar a rejeição de um autor só porque ele não fazia profissão de fé semelhante à nossa na primeira página."

Autor de um estudo capital para a compreensão da Revolução de 30 e organizador da fase republicana da volumosa *História da Civilização Brasileira*, o paulista Bóris Fausto, 54 anos, acentua que está havendo uma nítida democratização de temas. Antes, enfatizava-se fortemente o estudo do Estado e suas instituições, das classes sociais, da política parlamentar. "Hoje, estamos convencidos de que existem outros poderes na sociedade, como o poder de controle do corpo, da mente, de microinstituições", conta Bóris Fausto. "Isso tem uma importância muito grande para explicar a sociedade moderna." Esta maré renovadora não significa, contudo, o ocaso do marxismo na historiografia brasileira. Com sutileza, Bóris Fausto avisa: "É uma reação ao marxismo oficial dos anos 60, mas não é um antimarxismo".

Nesta garimpagem historiográfica, o *must* é certamente o filão aberto sob a inspiração do falecido filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), cuja obra influenciou de maneira marcante os vários campos das ciências humanas, a partir da sua preocupação com a história

da loucura, o corpo e suas doenças, os hospitais e as instituições médicas ou o sistema carcerário. Semana passada, no câmpus da Unicamp, uma amostra dos primeiros trabalhos nesta linha foi apresentada durante um Seminário Foucault, para uma atenta platéia de cinqüenta estudantes e professores. Ítalo Tronca desenvolve, por exemplo, uma investigação sobre o combate à lepra no Estado de São Paulo durante as quatro primeiras décadas deste século, quando os portadores dessa doença eram isolados compulsoriamente em grandes leprosários disseminados pelo interior – uma política hoje considerada contraproducente. "O velado universo da lepra e sua história permanecem no silêncio", justifica Tronca. "Quero mostrar que a ordem biológica e a ordem social se correspondem. O doente é uma personagem social."

Para sua pesquisa, Tronca dispõe de um manancial de 120 mil fichas médicas de leprosos, armazenadas no Instituto de Saúde de São Paulo, contendo informações clínicas sobre os doentes, suas origens sociais e condições de vida, os procedimentos médicos adotados, os regimes de isolamento impostos, as altas concedidas – um imenso arquivo, enriquecido com cartas pessoais dos doentes dirigidas à administração dos hospitais, aos parentes e advogados, em que descrevem as condições do seu asilo.

"A medicina e a administração pública reservaram-se o direito de julgar, sozinhas, a sorte do leproso", Tronca pretende demonstrar. "Para fazer reconhecer sua autoridade e conquistar seu poder, os especialistas médicos promoveram a periculosidade do leproso, com alegações definidas como científicas por eles mesmos." Ele quer também esmiuçar a imagem que se tinha da doença no período, como algo incurável, diante do qual só restavam o receio e a impotência. Para isso, utilizará textos literários no seu trabalho – outra inovação –, como o romance *Inocência*, de Afonso Taunay, que contém uma personagem leprosa.

Com preocupações semelhantes em focalizar o corpo na pesquisa histórica, a paulista Sílvia Hunold Lara, 30 anos, do mestrado da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), concentra seus esforços em conhecer o castigo físico ministrado aos escravos pelos senhores do Brasil colonial setecentista. "A lei e o poder senhoriais deixavam de ser registrados apenas com papel e tinta para serem inscritos nos corpos dos escravos", observa Sílvia, ao descrever a série interminável de suplícios, desde os açoites gratuitos quando um escravo desembarcava num engenho até a marca a fogo, com um "F", aplicada aos fujões. "A quantidade de cicatrizes resultantes dos açoites, as marcas das peias ou dos troncos identificavam o grau de submissão do escravo", ela conclui. "A marca do castigo exemplar imprimia o medo da rebelião e a inexorabilidade da dominação senhorial."

Bóris Fausto também se permite enveredar por trilhas inéditas. "Interessome hoje pelo cotidiano das camadas sociais que não têm respeitabilidade na sociedade e na historiografia", conta ele, ao referir-se a seu livro *Crime e Cotidiano*, recém-lançado, no qual estuda a criminalidade em São Paulo entre 1880 e 1924. Nesse período, a capital paulista experimentou um intenso crescimento econômico e demográfico e converteu-se, assim, num campo fértil para o estudo da delinqüência. Bóris Fausto escarafunchou os arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, à cata de processos judiciais em que pululavam caftens e prostitutas, malandros e mendigos, bêbados e sedutores de donzelas, mulheres adúlteras e maridos traídos – personagens que pela primeira vez constituem objeto de uma pesquisa histórica exclusiva e de fôlego. "Os funcionários do Arquivo Judiciário nunca chegaram a entender que eu me preocupasse com pilhas de pacotes empoeirados onde se amontoavam dados sobre imigrantes obscuros e ladrões *pé-de-chinelo*", lembra Bóris Fausto.

Outro trabalho denso, com preocupações semelhantes, é o da paulista Maria Odila Leite da Silva Dias (*Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, editora Brasiliense) sobre as condições de vida das mulheres pobres, escravas e forras, que sobreviviam do artesanato caseiro e do pequeno comércio ambulante num momento de urbanização incipiente de São Paulo, entre os fins do século XVIII e as vésperas da Abolição. "A memória social de suas vidas vai-se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência de documentos", reclama Maria Odila, 45 anos, que descreveu, por exemplo, a

CLÁUDIO VERSIANI

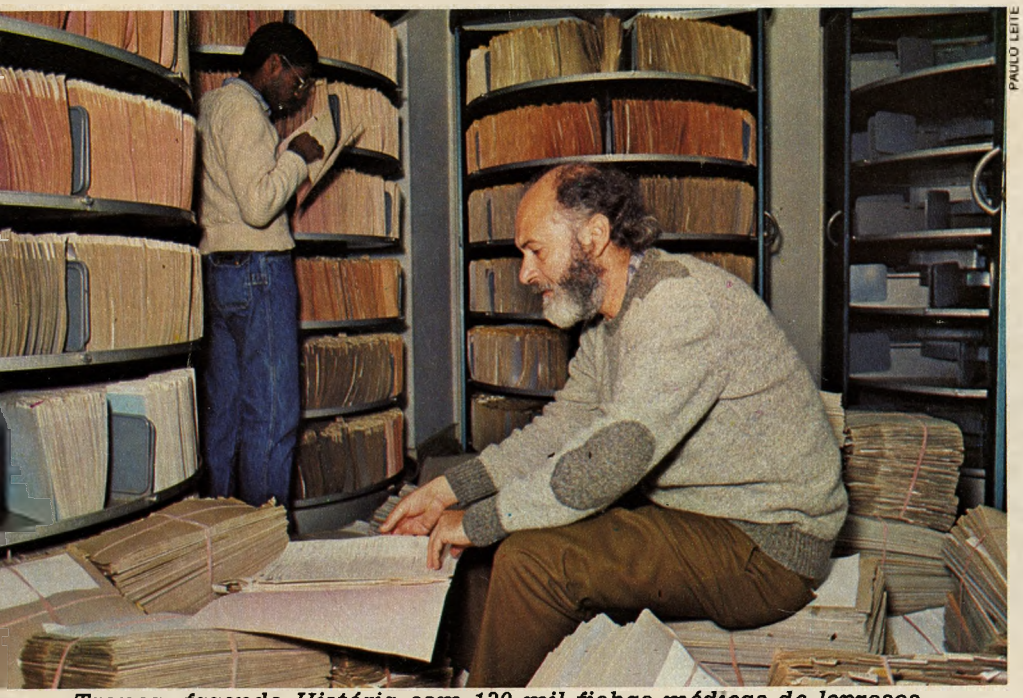
Amílcar Martins: café com leite e colarinho branco

EDUARDO SIMÕES

Sevcenko: uma tese inusitada e badalada

PAULO LEITE

Maria Stella: marcada por 1968



PAULO LEITE

Tronca: fazendo História com 120 mil fichas médicas de leprosos

difícil sobrevivência das padeiras e quitandeiras, em conflito permanente com as autoridades do fisco da época. E é também da marginália que se ocupa a paulista Laura de Mello e Souza, 32 anos, em sua tese de mestrado da USP intitulada *Desclassificados do Ouro – A Pobreza Mineira do Século XVIII* (editora Graal). A mineração do ouro e dos diamantes deu origem a vários contingentes de homens pobres e expropriados – brancos, negros fugitivos ou alforriados, mulatos ou mestiços, que, sem acesso às lavras ou às terras de cultivo, viviam em choças miseráveis.

Na abertura dessas picadas, a tarefa de desmatamento pode exigir tenacidade, sobretudo dos que se aventuram pela história da cultura – um domínio cujo desenvolvimento ainda é muito incipiente no Brasil. É o caso do professor Nicolau Sevcenko, da USP, 32 anos, autor de uma badalada tese de doutorado em que analisa a criação cultural na Primeira República a partir de uma pesquisa histórica – um texto sobre um grupo de intelectuais marginais no início do período republicano, particularmente os escritores Euclides da Cunha e Lima Barreto, portadores de uma visão missionária da literatura.

"Quando comecei a pós-graduação, em meados da década de 70, o ambiente político era muito tenso", lembra-se ele. "Exigiam-se dos alunos posturas teóricas muito claras, com um peso maior para o marxismo." Sevcenko circulou seu inusitado projeto de tese entre vários teóricos da faculdade de História – que o aconselharam a tentar a faculdade de Letras. Lá foi aconselhado a tentar o campo da sociologia da arte, onde o demoveram da idéia e lhe sugeriram voltar à História, na qual finalmente acabou ficando. Quando o trabalho foi publicado – em 1983, pela Brasiliense, sob o título de *Literatura como Missão* –, Sevcenko ganhou dois prêmios importantes. "Meu trabalho só começou a ser reconhecido na universidade depois de acontecer fora dela, nos meios de comunicação", observa ele.

Percalços idênticos enfrentou seu colega Arnaldo Contier, 43 anos, professor de história contemporânea na USP e detentor de sólida formação musical. Ele finaliza, no momento, um antigo projeto de tese sobre música e política no Brasil, de 1928 a 1948 – um período em que pretende verificar como a ideologia nacionalista repercutiu na linguagem musical e, mais especificamente, até que ponto o compositor Villa-Lobos prestou serviços ao populismo de então. "Numa época em que o tema constante era o escravo ou o operário, eu era considerado um intelectual preocupado apenas com a alienação", recorda-se Contier. "Música era alienação." Hoje, entretanto, ele registra, otimista, que há mais sensibilidade no meio universitário. "O múltiplo aflora mais", resume.

Paralelamente a essas tendências, também a urbanização se presta à inovação historiográfica. Interessada em conhecer a urbanização de São Paulo entre 1554 e 1880, a professora Janice Theodoro da Silva, 36 anos, da USP, evitou abordar os condicionantes econômicos da formação e desenvolvimento de uma cidade, o caminho tradicional usado nesses casos. Preferiu pesquisar o discurso dos vereadores, registrado na Câmara de São Paulo. Ela pôde, assim, traçar um rico painel das idéias de cidade que orientaram a constituição urbanística de São Paulo durante três séculos. "Foucault diz que a melhor forma de se descrever uma sociedade é pegar as coisas periféricas", cita Janice, para sustentar sua opção.

Até mesmo a história do movimento operário – de praxe cinzenta e sombria – impregnou-se do arejamento. "Muitos estudos recentes nesta área tornaram-se menos triunfalistas e evitam apenas celebrar o heroísmo e o desprendimento da classe operária, uma característica idealizada que era muito comum, sobretudo na historiografia de cunho engajado e partidário", considera Paulo Sérgio Pinheiro, 41 anos, da Unicamp. Além das pesquisas sobre sindicatos, condições de trabalho nas fábricas ou os partidos de esquerda, enfoca-se agora também a cultura da classe operária.

ALCYR CAVALCANTI

Luraes: em defesa da história regional

A renovação temática e metodológica fez-se acompanhar do pipocar de um gênero até recentemente muito pouco desenvolvido: a história regional, vertiginosamente desenvolvida sobretudo pela implantação dos cursos de pós-graduação. "Num episódio como a Independência do Brasil, os manuais só focalizam as lutas travadas no Rio, São Paulo e Minas, desconhecendo completamente o que se passou em outros Estados",

aponta a carioca Maria de Lurdes Viana Lyra, 43 anos, subcoordenadora do mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "A conduta historiográfica abrangente deixa lacunas sérias num país de dimensões continentais como o nosso." Na sua opinião, somente a pesquisa da história regional pode preencher essas lacunas. "A história detalhada de uma comunidade ou de uma região está mais próxima do interesse do cidadão comum, do seu cotidiano, das suas pretensões de reconstrução da vida nacional", completa o gaúcho Wilson Sander, 34 anos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

"Não definimos regional como concepção geográfica", adverte o chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFP), Jayme Cardoso, 45 anos, "mas como identidade local que vai se integrar na história do país como um todo". O curso de pós-graduação da UFP fez da história regional seu prato de resistência. Desde sua fundação, em 1972, os estudantes produziram 65 teses de mestrado e 7 de doutorado, num total de 12.667 páginas. Uma delas, por exemplo, de autoria de Carlos Roberto Antunes, 34 anos, debruçou-se sobre um episódio de 1959, em Curitiba, conhecido como "a Guerra do Pente". O governo estadual havia desencadeado a campanha *Seu talão vale um milhão*, para aumentar a receita do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM). Um tenente comprou um pente num bazar de um comerciante sírio, exigiu a nota fiscal, não foi atendido, acabou expulso da loja e teve a perna quebrada. Estava começando um tumulto que envolveu mais de 10 mil pessoas, durou três dias, fez mais de cinqüenta feridos, depredou duzentas lojas e exigiu a presença do Exército na rua. Já os estudantes Fernão Schinimam e Sulmara Offmann estão reconstituindo a "Vermelha Greve Branca", de 1952, uma greve de donas-de-casa contra açougueiros, que estavam elevando exageradamente o preço da carne.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBa), destaca-se a pesquisa do professor João José Reis, 32 anos, sobre a "Rebelião dos Malês", revolta local ocorrida em 1835 em Salvador, deflagrada por escravos que professavam a religião muçulmana – dissertação que aparecerá brevemente em livro, pela Brasiliense. Cerca de seiscentos escravos originários da atual Nigéria lutaram durante três horas nas ruas da cidade, portando quase que exclusivamente armas brancas. Saldo do conflito: nove policiais e setenta malês mortos, quatro deles condenados ao fuzilamento. Muitos receberam penas pesadas de açoitamento, acabaram na prisão ou deportados de volta para a África.

Mas não é só de episódios explosivos que se alimenta a história regional. Na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, em 1980, o curso de pós-graduação resolveu adotar a história das sociedades agrárias como área de concentração. "Goiás é um Estado eminentemente agrário, tínhamos que nos voltar para estudar esta realidade", explica a coordenadora do curso, Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles, 59 anos. A professora Maria Amélia Luz, por exemplo, elegeu para sua tese a consolidação e a mudança da estrutura fundiária em Goiás, no período de 1850 a 1910, e coletou dados em três municípios do Sul do Estado – Rio Verde, Catalão e Goiás Velho. As mobilizações de posseiros de Formoso e Trombas, localidades do Meio-Norte de Goiás, entre 1950 e 1964, mereceram a atenção da pesquisadora Maria Esperança Fernandez Carneiro, que descreveu o conflito como conseqüência das tensões provocadas pelo avanço do capitalismo no campo.

Os problemas agrários regionais também dão ibope em Recife, onde o curso de mestrado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPe) deslanchou no começo do ano um ambicioso projeto intitulado *História do Estado e do Trabalho no Nordeste*. "Até hoje a história regional no Nordeste ficou praticamente reduzida ao surgimento de usinas de açúcar", queixa-se o coordenador do programa, Antônio Jorge de Siqueira, 43 anos. Além dos aspectos clássicos da transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, os pernambucanos já estão colecionando documentação sobre vários motins urbanos ocorridos no século passado, até hoje quase desconhecidos. O cangaço volta à ordem do dia. O professor Siqueira desencava o velho

JOÃO FARKAS

Janice: vendo São Paulo crescer através de discursos políticos

ENEIDA SERRANO

Pesavento: nova leitura de velhos temas

tema a fim de verificar como se estruturava o poder na região semi-árida pernambucana durante a vigência do cangaço e do banditismo. "Quero conhecer o papel desempenhado nos acontecimentos por parte do Estado, da família, do patriarcado, das oligarquias e do coronelato", anuncia ele. "Mais precisamente, o que se esconde atrás de uma dinâmica histórica onde só os cangaceiros foram apresentados como bandidos."

Embora não disponha ainda de um mestrado nessa área, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem acolhido trabalhos de história regional, como a *Economia Política do Café com Leite*, de autoria de Amílcar Vianna Martins Filho, 36 anos, também autor de *A República dos Colarinhos Brancos*, sua tese de doutorado, a ser defendida brevemente na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Ambas as dissertações procuram entender por que Minas teve féerica ascendência na Primeira República, sem o correspondente poder econômico, ao contrário de São Paulo, que, com o café, fez crescer sua participação política. "A elite política mineira não se vinculou diretamente aos setores produtivos", comprovou Amílcar. "Ela se aliou ao aparelho de Estado e usou profissionalmente o clientelismo. É uma elite dominada por bacharéis e burocratas, como, aliás, acontece até hoje."

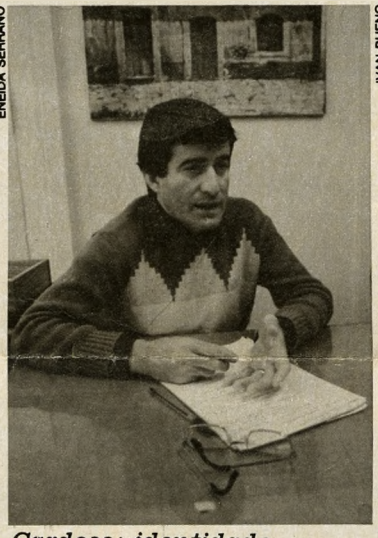
Episódios já estudados à exaustão continuam despertando interesse da historiografia regional, como a Revolução Farroupilha. A professora Sandra Jatahy Pesavento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), critica a versão tradicional, que eleva, segundo ela, o fato às dimensões de uma epopéia, trata os líderes como grandes heróis e glorifica o gaúcho. "E a visão que a classe dominante da época tinha de si mesma e pretendia passar de forma ideológica para toda a sociedade gaúcha", conclui.

Toda essa efervescência – da assimilação das idéias de Foucault até a história regional – tem pelo menos um mérito evidente, o de formar e aglutinar um núcleo grande de novos historiadores, mais especializados e com acesso a um manancial mais farto de documentos, informações e interpretações. "É um caldo cultural decisivo para fortalecer o conhecimento histórico no Brasil", crê Carlos Guilherme Mota.

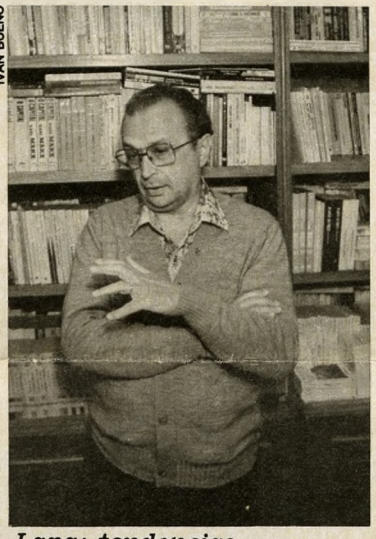
Flaminio Fantini▲

ENEIDA SERRANO

Sander: cidadão comum



Cardoso: identidade



IVAN BUENO

Lapa: tendencias

PAULO LEITE

**Participaram Sonia Goldfeder, em São Paulo, Tereza Jorge, no Rio, Graça Ramos, em Brasília, Carlos Urbim, em Porto Alegre, Pedro Rubio, em Salvador, Luciano Fratticelli, em Recife, e Luiz Carlos Bernardes, em Belo Horizonte*

O risco dos modismos

"O historiador clássico valorizava o rei, o general, o ditador e fazia a história de dinastias e oligarquias", relata o veterano pesquisador mineiro Francisco Iglésias, 63 anos. "Hoje, o historiador enfatiza temas como movimentos sociais, força de trabalho e similares. Essa descoberta do contemporâneo é muito válida." Iglésias acha, contudo, que é preciso ir devagar com o andor. "Isso pode virar modismo", adverte. "Corre-se o risco de cair no extremo oposto ao do historiador tradicional, perder a perspectiva da História e passar a fazer a crônica política."

Os números reforçam a preocupação de Iglésias. Os estudiosos brasileiros, atualmente, estão preferindo a história social à história política ou econômica. E o período que mais desperta a sua curiosidade é a República, em prejuízo do Império e da Colônia. Essas tendências podem ser captadas nas estatísticas de pesquisadores que vasculham o acervo do Arquivo Nacional, no Rio. Durante o ano passado, lá estiveram 175 pessoas interessadas em História, das quais 61 (quase um terço) solicitaram documentos de história social, 43 de política, 30 de econômica e 29 de regional. O período republicano mereceu a atenção de 103 historiadores, o imperial de 81 e o colonial de 47.

A julgar a velocidade com que se procederam, essas mudanças são surpreendentes. Num estudo pioneiro, *História e Historiografia do Brasil Pós-64*, recém-lançado pela editora Paz & Terra, o professor José Roberto do Amaral Lapa, da Unicamp, registrou, com base nas mesmas fontes numéricas, que a história política e o período imperial eram predominantes na década de 70.

A aceitação desta opção não é unânime. "Essa obsessão em estudar os períodos de 1930 e 1964 pode causar grandes prejuízos à historiografia brasileira", alerta um dos decanos do setor, o acadêmico José Honório Rodrigues, 70 anos. Segundo ele, não se pode abandonar períodos decisivos como a Colônia e o Império. Afinal, argumenta, o Brasil tem 322 anos de história colonial durante os quais foram enraizados os mesmos problemas do subdesenvolvimento. "A História é como a psicanálise, capaz de curar o indivíduo a partir da reconstituição do que lhe aconteceu na infância", compara José Honório.

Mesmo que a contemporaneidade seja um atrativo de leitura, o público não tem acesso a essa produção intelectual. "Uma enorme massa de conhecimento fica sepultada na universidade", garante Amaral Lapa. "Nem 10% das dissertações e teses defendidas hoje na área de História do Brasil conseguem ser publicados." Na verdade, nem mesmo a comunidade acadêmica chega a saborear as dissertações e teses de mestrado ou doutorado. Os catorze cursos de pós-graduação existentes no país não costumam fazer circular entre si sequer a lista das teses em andamento ou defendidas. "A sua divulgação poderia significar um fator de desenvolvimento científico", prega Amaral Lapa.